

Design, atividade humana, técnica e tecnologia nos espaços de sociabilidade urbana

Paula Márcia Alves Quinaud Minchilo

resumo:

O presente artigo constrói uma interlocução entre design, atividade humana, técnica e tecnologia, dentro dos espaços de sociabilidade urbana. Visando compreender o ser social nas suas possibilidades, escolhas, contextos e implicações com o meio em que se insere, a intenção foi buscar uma definição inicial para cada um desses aspectos. Para tanto, fez-se a revisão dos conceitos sob a ótica de alguns autores e o cruzamento desses dados como forma de compreender as circunstâncias que se estabelecem. Ao se tratar, num primeiro momento, cada conceito de maneira isolada, foi possível pensar o papel do design como agente transformador de um lugar, a atividade humana atrelada aos instrumentos e ao entorno, a técnica como geradora de estratégias que produzem conhecimentos com o objetivo viabilizar uma função e a tecnologia como uma forma de organização das relações sociais. Uma vez feitas as contextualizações pertinentes a cada um desses aspectos, pode-se perceber as dificuldades que aparecem quando são confrontados com as vocações de uso dos locais públicos e os interesses diversos de planejamento. Observou-se ainda, que nos espaços transformados em lugares sociais, também pelo design, parece lógico que muito das efetivações e pertencimentos, se dêem a partir das escolhas corretas nas decisões projetuais. Partindo da ideia de que a realidade social é composta por um conjunto de práticas articuladas entre si, mas com uma relativa autonomia na estrutura social, parece possível pensar o design em termos de inovações de práticas sociais que favoreçam o modo em que se dão os processos colaborativos, desenvolvam a cidadania e estimulem o empoderamento em novas relações sociais nos espaços de sociabilidade urbana. Assim, as disposições de configuração espacial da cidade, tendo no design os procedimentos adotados para uso e desenvolvimento das ações, foram identificadas aqui como meios de estreitar as conexões entre os indivíduos da sociedade civil e seus modos de operar na cidade.

palavras-chave:

Cidadania; Design; Espaço público; Sociedade; Tecnologia.

1. Design, atividade humana, técnica e tecnologia nos espaços de sociabilidade urbana

Pensar a vida do homem em sociedade é tarefa sobre a qual grandes pensadores vem dedicando tempo e habilidades. As conclusões, por mais diversificadas que sejam, tem como princípio do olhar, quase sempre, o desencadeamento das ações que aproximam ou afastam o ser social. Tratar a relação do homem com o meio e com as outras pessoas inseridas nele é partido para muito reparo e motivo para outro tanto de indagações. E é este o mote para este trabalho, que se pretende um artigo de revisão que trata das inter-relações entre design, atividade humana, técnica e tecnologia, tendo como pano de fundo para análise, os espaços urbanos de sociabilidade. Quando se pensa em qualidade de vida, certamente cada ser individual vai estabelecer parâmetros e prioridades, tendo como base suas experiências pessoais, psicológicas, culturais, bem como as faltas e faturas que vão ficando marcadas ao longo da vida. Contudo, a busca pelo equilíbrio no que tange o bem-estar físico, mental, espiritual e aspectos como família, amigos, saúde, amor, educação, trabalho, habitação, condições econômicas e algumas circunstâncias da vida, costumam ser recorrentes nas definições que são apresentadas como premissas para a realização do indivíduo em sociedade. A satisfação das necessidades e as formas de sua efetivação, objetivando a felicidade, são categorizadas pela Organização Mundial de Saúde, que as identifica em seis esferas básicas: física, psicológica, de nível de independência, das relações sociais, do meio ambiente e dos aspectos religiosos. Pensar esses ser social em um dos seus espaços primeiros de significação, a rua, e sua relação com o entorno é tarefa que pode gerar muitas reflexões.

Diante de tudo que um designer pode ser, em desdobramentos e competências diversas, o design aparece também como modo de dar significado ao espaço e alçá-lo à condição de lugar. Para LÖBACH (1976), "... todo processo de design é também um processo criativo e de solução de problemas." O que diz muito quando se tem na expectativa dessa solução, que desejos e urgências sejam atendidos de maneira contínua. Ainda para o autor:

O trabalho do designer industrial consiste em encontrar uma solução do problema, concretizada em um projeto de produto industrial, incorporando as características que possam satisfazer as necessidades humanas, de forma duradoura. (LÖBACH, 2001, p.141)

Perceber o modo em que as decisões projetuais, na maioria das vezes respaldadas em técnica e tecnologia, vão impactar diretamente as atividades humanas de maneira individual e coletiva, pode abrir a perspectiva para as formas de vivenciar os espaços públicos no que diz respeito ao pertencimento, exclusão e à própria cidadania. Para entender a exata medida em que esses diversos conceitos citados se entrelaçam, é necessário primeiro que se pontue o entendimento de cada um deles.

1.1 O design do lugar

Presente em diversas fases históricas e de desenvolvimento da sociedade, como busca da união da estética das coisas às suas funcionalidades, o design pode nem sempre ter tido nome ou trato, mas desde muito cedo, pontua escolhas e decisões. Inventar, planejar, engendrar, configurar, criar, idealizar. Por esses caminhos é que o designer desenvolve o seu processo criativo. Para um bom projeto de design é necessário empenho de tempo e pensamento, pesquisa e conteúdo. Porém, como em todos os processos de elaboração de uma atividade humana, a metodologia no design se faz é premissa. E é também construída, a cada dia, e com cada experiência. Em alguns campos do design, os estudos metodológicos se fazem mais antigos, em outros mais escassos. Por esses princípios também, o design de ambientes vai buscar referenciais para desenvolver um método próprio que lhe possibilite maior acurácia. Ao pensar o design de modo geral, como uma atividade estratégica, técnica e criativa, voltada para a criação de uma solução, orientada por uma intenção e objetivo, eficaz para um problema, há que se ter foco no caminho a ser percorrido.

Para, contudo, se projetar design dentro de todos os paradigmas que lhe competem e diferenciam, é necessário um construto que aponte os valores e delimite a direção. Algo que respalde e gere possibilidades de argumentos e de defesas, mas que, principalmente, reflita-se no resultado ao explicar o motivo de cada escolha projetual. Sejam cores, formas, texturas, curvas e tamanhos, tudo

que compõe o espaço trabalhado, justifica-se na elaboração e legitima-se em uma palavra chamada conceito. Assim pode-se dizer que um conceito é sempre portador de significado e que todo lugar é um espaço conceituado. Nesta afirmação, no entanto, encontram-se embutidas perguntas que vão permear o design de ambientes e que YI-FU Tuan colocou sob o foco da luz da experiência, ao refletir sobre o que confere identidade e aura a um lugar. Segundo o autor:

Medimos e mapeamos o espaço e lugar, e adquirimos leis espaciais e inventários de recursos através de nossos esforços. Estas são abordagens importantes, porém precisam ser complementadas por dados experienciais que possamos coletar e interpretar com fidedignidade porque nós mesmos somos humanos. (TUAN, 1983, p.05)

Ao designer de ambientes compete projetar espaços que acrescentem funções e tornem a experiência do usuário eficiente em suas mais diversas possibilidades. Para tanto é que ele deve, em seu trabalho, buscar uma largueza de olhar que contemple a investigação das nuances externas que influenciam o indivíduo, aliadas às emoções imanentes ao ser. Percebe-se que, embora o bom êxito na percepção e uso dos espaços esteja diretamente ligado a questões como usabilidade e ergonomia, para que aconteça uma leitura satisfatória, completa e real de um ambiente é essencial que o designer de promova o resgate do passado cultural por meio de signos e símbolos socioculturais para auxiliá-lo, e que permitam até mesmo explorar novas tecnologias.

É justamente o que Marc Augé explica, quando diz que, em oposição aos não-lugares, que seriam locais de passagem incapazes de agregar pertencimento, aparece o espaço antropológico que vai criar identidades e fomentar as relações interpessoais dentro de um tempo definido, possibilitando que ocorra “simultaneamente o princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa.” (AUGÉ, 1994, p. 51). Para o autor, é também na identificação de uma história individual que se enriquece a experiência coletiva. No seu lugar de origem, uma pessoa vive e celebra sua existência, reside, trabalha e guarda as suas fronteiras. Segundo ele:

Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual [...] o que equivale a dizer que, num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, sem dúvida, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações, nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum. (AUGÉ, 1994, p.53)

Nesse sentido é que antes que o designer passe a se dedicar sobre as diversas etapas de elaboração projetual, há que se concentrar, uma vez identificado o público usuário, nas lembranças e associações de aspectos culturais e emocionais que deseja imprimir ao seu objeto de trabalho. Se a proposta é uma abstração da realidade física, a criação de uma nova identidade ou apenas uma revitalização a partir de referências conhecidas, o fato é que o objetivo vai sempre estar voltado para a elaboração de projetos que consigam promover a expressão da individualidade humana do modo mais prazeroso e sensível. A assertividade ao se imprimir um significado a partir de uma abordagem conceitual, contudo, vai estar intrinsecamente respaldada pelo rigor e precisão no levantamento e trato das informações que caracterizam os atores envolvidos.

1.2 Os contornos da atividade humana

Antes de se compreender o que seja atividade humana, vale trazer a ideia de atividade dentro da premissa de se colocar algo em movimento, ação que tem como fim uma realização. Quando a dimensão humana atrela-se à atividade, seus contornos tornam-se mais extremados e menos etéreos. Segundo LEONTIEV (2014, p.2) "atividade é uma unidade não-aditiva da vida material, corpórea, do sujeito material. Em um sentido estreito, i.e., no plano psicológico, é uma unidade de vida, mediada pela reflexão mental, por uma imagem, cuja função real é orientar o sujeito no mundo objetivo." Isso traz a percepção tanto da medida em que ela pode moldar a maneira individual ou coletiva de se portar, quanto da capacidade que atribui a esse ser de interferir no meio. Como um processo de modificação do mundo e de si, estabelece sempre relações imanentes entre o indivíduo e o ambiente em que se insere, ainda para Leontiev:

Não importam as condições e formas nas quais a atividade do homem procede, não importam quais estruturas adquiere, não pode ser considerada como algo extraído de relações sociais, da vida da sociedade. Apesar de toda sua diversidade, todas as suas características especiais, a atividade do indivíduo humano é um sistema que obedece o sistema de relações da sociedade. Fora destas relações, a atividade humana não existe. (LEONTIEV, 2014, p.2)

No entanto é preciso que se esteja sempre alerta diante da complexidade dessas correspondências que se estabelecem quando se tem o sujeito na transformação do entorno e transformado, em via de mão dupla, dentro do contato direto com o contexto, com os objetos que o cercam e indo além do que se pode perceber. Pautada por contradições e pela tentativa de satisfazer necessidades, a atividade humana localiza-se em tempo e espaço determinados, tem motivação real ou ideal e é balizada por regras sociais, pela divisão social do trabalho e por signos, linguagem e utensílios disponíveis em um dado local.

A partir dessas concepções, chega-se à conclusão direta de que a distinção entre as atividades se dará na medida do seu objeto, motivo, que lhe imprime sentido, dota de particularidades e, principalmente, modela a própria conformação do homem. Vale aqui trazer a leitura que Engels faz da evolução humana e primitiva na transformação do macaco em homem sob a fôrma do trabalho, uma vez que os símios "...quando se encontram prisioneiros realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos." (ENGELS, 1952). Ou seja, dentro de uma dimensão externa e física ou interna e psíquica, atividade e homem vão se dimensionando e efetivando em saberes e afetos experimentados no vínculo com a natureza, com os objetos e com outras pessoas.

Sabendo-se que uma atividade humana estabelece um sistema de relações, com estrutura e movimentos internos, pode-se considerar o seu desenvolvimento nas funções psicológicas superiores, na construção do conhecimento e na conformação da personalidade. Para tanto há que se destacar a importância dos instrumentos disponíveis em uma determinada sociedade ou época, sendo que para Machado "na sua orientação para o objeto e na sua apropriação deste, o homem se hominiza, os órgãos humanos deixam de ser tomados como simples utilidade e se tornam efetivamente humanos." (MACHADO, 2010, p.1). É o homem matéria e substância situando-se no limite entre a natureza e a cultura, sendo ao mesmo tempo o princípio da história e seu produto. Assim tem-se a instrumentalização desse homem, na forma dos prolongamentos corporais criados a partir, num primeiro momento, dos elementos naturais a que tem acesso, e que melhoram a maneira de trabalhar e transformar o meio.

Além dos utensílios, ferramentas, instrumentos, existem outras variáveis que vão balizar os limites e possibilidades de uma atividade humana, como as experiências e conhecimentos acumulados pelo sujeito da atividade, os procedimentos necessários à ação e a conformação da sociedade em questão e suas relações. Igualmente relevantes e demarcadoras, vão compor a dinâmica comportamental do homem.

1.3 Técnica e tecnologia

Tendo a origem no grego *téchne*, que significa arte ou ciência, somente ao longo dos tempos a palavra técnica deixou de definir ou se passar por ambas e ganhou a dimensão atual de procedimento - ou conjunto de regras, normas, convenções ou ritos - que objetiva um resultado determinado. De fato quando se pensa em arte como o esforço humano para dar expressão ao mundo a partir da emoção, e na ciência como produção do conhecimento fundamentada no intelecto, e que, no reverso, não se faz arte sem razão e ciência sem inquietação, é compreensível a teia que vai intrincando lampejos e saberes. Ao estudar o comportamento humano nesse processo, vale lembrar a libertação da mão tratada por Leroi-Gourhan:

A ideia do homem fóssil, meio inclinado para a terra pelo peso do focinho e dos seus longos braços perdeu significado já há anos e apercebemo-nos de que se a organização cerebral do homem actual é uma característica de aquisição relativamente tardia, o endireitamento da estatura e a libertação da mão são, pelo contrário, os primeiros critérios de humanização visíveis: os australopitecos são homens pela sua postura e pela mão bem antes de toda a humanidade baseada em critérios morais e intelectuais. (LEROI-GOURHAN 1959, p.59)

E como "desde os primórdios até hoje em dia o homem ainda faz o que o macaco fazia", a humanização acontece na medida em que a necessidade leva ao novo que inspira o experimento, e então descobre-se o fogo, faz-se a luz ou tem-se o método. E é aí que se chega à conjuntura do homem, em que "Hegel põe na base do processo de formação do espírito uma concepção sistemática." (HABERMAS, 1983, p.34). E que, peculiar e tendo essas duas facetas, racionalidade e sentimento, tem que encontrar a maneira de responder ao estímulo do momento. Se, por um lado as questões psíquicas vão dar a profundidade das percepções, as conformações físicas trazem a largura do campo, a altura do aparato e o comprimento da linha de alcance das descobertas. É o homem matéria mas também sentido e que deve potencializar a ação nas dimensões referenciais do que lhe está disponível. Para tanto vale trazer as técnicas do corpo de Marcel Mauss, para quem o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ele explica que cada técnica tem uma forma própria, assim como cada atitude de corpo, do mesmo modo que cada sociedade tem seus hábitos e que por eles vão se delineando os moldes que dão feição às práticas.

Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do "*habitus*": Observem que digo em bom latim, compreendido na França, "*habitus*"; A palavra exprime, infinitamente melhor que "hábito", a "*exis*" [hexis], o "adquirido" e a "faculdade" de Aristóteles (que era um psicólogo). Ela não designa os hábitos metafísicos, a "memória" misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses "hábitos" variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição. (MAUSS, 2003, p.404)

Ou seja, o indivíduo não age simplesmente por ele próprio, mas influenciado e formatado pela sua educação, pela sociedade na qual se insere e de acordo com o lugar que ocupa. Ainda assim, o corpo humano está na fronteira entre a cultura e a natureza, sendo ao mesmo tempo fonte da história e seu produto, mas confinado no limite da própria extensão. Logo, paralelas aos ditames das técnicas do corpo, estão as técnicas dos instrumentos, que "são as coisas e artefatos de que se serve o homem para exercer efeito no objeto de trabalho e ajustá-lo à satisfação das necessidades humanas." (MACHADO, 2010, p.1). E é dessa maneira, ao tentar ultrapassar seus limites físicos, prolongando possibilidades e membros através da apropriação do suporte instrumental, que dá-se a hominização desse homem.

Pensando, então, que a partir da técnica se criam estratégias e se produzem conhecimentos e inventos com o objetivo de otimizar uma atividade ou viabilizar um determinado trabalho, chega-se à tecnologia. Etimologicamente, formada por dois termos gregos, *téchne*, já definido aqui anteriormente, e *logos* que significa conjunto de saberes. Num primeiro momento, pode-se dizer que uma atividade tecnológica influencia o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade, do mesmo modo em que afeta o meio ambiente. Trigueiro a define como "atividade humana, socialmente condicionada, que reúne um conjunto de meios - instrumentos e procedimentos - para a obtenção de um fim almejado." (TRIGUEIRO, 2008, p. 86). Ele destaca, no entanto, que diferentemente da busca de explicações científicas, a tecnologia procura o controle e o domínio, físico ou social, da natureza. Por isso, deve-se lembrar que mais do que centrar nesses objetivos, é o modo de relacionamento dos sujeitos sociais, que leva a tecnologia para além dos próprios objetos, mecanismos ou conhecimentos, que somente dão a extensão do fenômeno tecnológico.

Trazendo para o olhar para um cenário recente temos que, segundo Bruno Pucci, Marcuse reserva a categoria tecnologia para nomear o sistema abrangente e totalitário que a técnica assumiu a partir de um determinado momento do capitalismo contemporâneo e a descreve como a totalidade dos

instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina. Dentro desse entendimento, a prática tecnológica aparece como uma forma de organização das relações sociais, como uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento predominantes e ainda como um meio de controle e dominação. Ele traz ainda o conceito de razão tecnológica em contraposição à racionalidade individualista gerada no capitalismo liberal, que leva os indivíduos, para sobreviverem, a aceitar e introjetar os ditames das máquinas: "Os indivíduos são despidos de sua individualidade, não pela coerção externa, mas pela própria racionalidade sob a qual vivem." (PUCCI, 2006, p. 79). Numa radicalização desse raciocínio, Pucci coloca Horkheimer e Adorno, para quem a ratio, no seu percurso do mito à ciência moderna, se faz instrumento, ou seja, mesmo entendendo a tecnologia como um sistema de estruturação das relações sociais, apontam que justo essa característica seria a manifestação própria da regressão da razão em seu processo de progresso. Para eles:

A adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem sucedido que é o culpado de seu próprio oposto. (PUCCI, 2006, p. 80)

Perceber a viabilidade tecnológica a partir desses prismas diversos, conduz a um alargamento da visão acerca das condicionantes para a produção de novas tecnologias. Por estarem inseridas em um ambiente que se movimenta constantemente na direção das necessidades e conveniências que vão se conformando, é natural que surja um processo seletivo que continuamente eleja algumas prioridades a serem implantadas, em detrimento de outras. Daí, como explica TRIGUEIRO (2008, p. 88) "a *praxis* tecnológica realiza-se mediante uma relação contínua entre uma "retenção seletiva" (o que resulta do processo seletivo) e uma "força de variação", de origens as mais diversas." Para que se compreenda melhor como se dão as escolhas, ele traz o conceito de seletores, ou atores que tem a intenção de dominar o processo de geração de tecnologia, fazendo preponderar os interesses que tem sobre o ambiente tecnológico. Como seletores entendam-se os indivíduos, instituições e grupos sociais que exprimem concretamente suas vontades, exercendo pressão junto à produção de novas tecnologias. Sabendo-se, contudo, que as tecnologias relevadas em um determinado momento não são descartadas, uma vez que as voltas que dá o mundo histórico-social e as reformulações de urgências dos seletores, condicionam novos cenários para a *praxis* tecnológica, onde podem vir a ser consideradas.

1.4 Inter-relações nos espaços de sociabilidade urbana

Felicidade, tendência, necessidade, vontade, capacidade, arte de se viver em sociedade. Diversos substantivos podem trazer o entendimento de sociabilidade na imagem do ser individual agregado por pompa ou circunstância a um grupo de pessoas que compartilhe costumes, propósitos, gostos e preocupações em um estado de colaboração mútua. E entendendo como urbano tudo o que tem uma relação direta com a vida na cidade, bem como com os indivíduos que nela fruem, tem-se na combinação dos dois termos a deixa, fundamento, aparato para se delinear o palco primeiro de produção das atividades humanas comunitárias, da cidadania.

Cada cidade possui uma identidade própria, ditada pelas combinações da morfologia territorial, aspectos históricos, culturais, econômicos, condições ambientais e das relações sociais que se estabelecem entre as pessoas e o entorno. Essas dimensões simbólicas e materiais ajudam a construir, através de confrontos ou interações nos espaços públicos ou privados, os contornos da vida em sociedade.

Promover uma vida digna ao cidadão implica o acesso aos direitos civis, à educação e às oportunidades de trabalho, assim como o acesso irrestrito à própria cidade. Essas conquistas não se dão em curto prazo, mas são construídas a partir de um amplo decurso de melhoria contínua da qualidade de vida de um território. É nesse conceito, amplamente utilizado por governos, pelo terceiro setor e no meio acadêmico, que reside o desafio, os acertos e ganhos, mas também a possível exclusão. Para Montenegro Gómez (2002), o desenvolvimento social é um poderoso mobilizador dentro do discurso socioeconômico e político vigente, muitas vezes usado a serviço de diretrizes das políticas públicas e dos anseios da iniciativa privada, orbitando ao redor desse objetivo supostamente benéfico

para toda a sociedade. Contudo, essa mesma idéia de desenvolvimento, usada e difundida, inscreve-se "plenamente ao corpo ideológico do capital, servindo como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação." Ainda para ele:

Sem constituir-se numa proposta homogeneamente concebida, o *desenvolvimento local*, reforça a dinâmica acumulativa do capital e avança nas estratégias de controle social. O reformismo que propõe o desenvolvimento local através da consolidação de uma comunidade plural, fortalecida pelo consenso e a participação, não abala o *status quo* de uma relação capital x trabalho dominada pelo primeiro (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p.20).

Pensar à luz da atualidade dessa concepção é premissa para compreender e explicar como se dá a produção do espaço urbano contemporâneo. Partindo desses pressupostos, pode-se dizer que a atuação do design na conformação dos lugares citadinos, e toda alteração que sofrem ao longo das épocas e dos governos, impacta não só na leitura, percepção e consequente vivência, como define a medida das restrições, dos pertencimentos e de toda gama de associações que se dão nos seus espaços de coexistência humana. Trazer o design, a técnica e a tecnologia para esse contexto, como meios de instrumentalização das ações individuais e inter-relações coletivas no convívio urbano, provoca um alinhamento de ideias e faz chegar ao ponto central desse trabalho.

Dentro dos preceitos da análise de fatores externos ao ser, que contribuem para uma maior integração entre o indivíduo e o espaço construído, está a busca da identidade no design por meio das culturas. Para se encontrar referências que possibilitem uma identidade local há que se trabalhar o aspecto humano. Para MORAES (1997), entre os principais pontos a serem observados, estão:

os aspectos culturais que dizem respeito ao comportamento humano, os aspectos semiológicos, semânticos e psicofisiológicos (cognitivos, psicológicos e subjetivos) que envolvem a concepção de produtos. (...) o *design* se aproxima ainda mais neste final de século das ciências sociais, da sociologia, da antropologia e da filosofia, em busca de antecipar as necessidades reais dos usuários do futuro (MORAES, 1997, p.56).

As disposições de configuração espacial urbana, tendo no design os procedimentos adotados para uso e desenvolvimento das ações, são tratados aqui como meios de estreitar as conexões entre os indivíduos da sociedade civil e seus modos de operar na cidade. Para melhor perceber a relação estabelecida entre paisagem e os fruidores, há que se analisar as atividades exercidas individual ou coletivamente, mas também identificar as conformações físicas, decisões projetuais, equipamentos públicos, objetos construtivos, materiais especificados, mobiliários urbanos, relações ergonômicas, enfim, a forma real e concreta em que figura o seu cenário e as apropriações de seus espaços pelos grupos sociais.

Todo esse panorama de vínculo e subjugação se encontra nos espaços de sociabilidade urbana, onde os mecanismos que se apresentam como implementadores dos relacionamentos e balizadores das posturas, de novo cedem aos ditames da hora e balanços dos mercados e muitas vezes aos modismos. Se por um lado os interesses sociais delimitam a direção, funções e a velocidade dos avanços tecnológicos, que acabam definindo um sistema social, por outro as mudanças, adequações, atualizações se darão sempre pela lógica da manutenção desse próprio sistema. Daí chega-se em um arcabouço crítico, onde a existência parece fadada a ciclicamente se moldar ao interesse do momento.

Um desdobramento possível a variar essa realidade aparece na busca dialógica pelo consenso, e conforto ante um prognóstico dramático, de Habermas quando traz a forma privada de valorização do capital aliada ao modo de distribuição das compensações sociais dando lugar a "um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, do que, independe de fato a outra variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento econômico." (HABERMAS, 1983, p.73). Para tanto há que se fazer claro o conjunto de condicionantes para a efetivação, por hora ideária, desse processo:

Certamente, esta intenção tecnocrática não está realizada em parte alguma nem sequer nos seus passos iniciais, mas serve, por um lado, como ideologia para uma política dirigida à resolução de tarefas técnicas que põe entre parênteses as questões práticas; e, por outro lado, incide de quaisquer modo em certas tendências evolutivas que podem levar a uma lenta erosão do que chamamos o marco institucional. A dominação manifesta do Estado autoritário retrocede perante as coações manipulatórias da administração técnico-operativa. A implantação moral de uma ordem sancionada e, assim, da ação comunicativa que se orienta por um sentido linguisticamente articulado e que pressupõe a interiorização de normas, e dissolvida numa amplitude cada vez maior por modos de comportamento condicionados, enquanto as grandes organizações como tais se apresentam cada vez mais com a estrutura da ação racional dirigida a fins. (HABERMAS, 1983, p.75)

Como uma última referência, vale ainda inserir a prática tecnológica no contexto urbano a partir das interferências que pode sofrer quando atrelada a conjuntos que, dentro da comunidade, exerçam um papel seletivo. Sejam eles, por exemplo, grupos religiosos, movimentos ambientalistas ou setores produtivos, influenciam na produção de novas tecnologias e conformação do design, o que acaba por impactar no instrumental para os usos dos espaços e relacionamentos nas cidades. Para esse entendimento Trigueiro (2008) inclui o conceito de prática tecnológica como o processo de transformação de uma matéria-prima determinada cujo produto é típico do sistema em que se insere. E ainda, uma vez existindo tantas práticas quantos forem os sistemas diferenciáveis de transformação, vai se estabelecer um conjunto de práticas, em que a prática social funciona como a sua unidade. "Neste sentido, não há prática em geral, mas práticas determinadas e singulares: a prática econômica, a prática política, a prática científica, a prática tecnológica." (TRIGUEIRO, 2008, p. 93).

Partindo da ideia de que a realidade social é composta por um conjunto de práticas articuladas entre si, mas com uma relativa autonomia na estrutura social, parece possível pensar o design em termos de inovações de práticas sociais que favoreçam o modo em que se dão os processos colaborativos, desenvolvam a cidadania e estimulem o empoderamento em novas relações sociais nos espaços de sociabilidade urbana.

1.5 Considerações finais

Muitas dificuldades aparecem quando se confrontam as vocações descentralizadas e espontâneas de uso dos lugares públicos e as diretrizes estabelecidas pelos projetos e planejamentos propostos para os espaços de coletividade. A acomodação desses impasses vão exigir um processo dialético constante entre os responsáveis pelas políticas contemporâneas de revitalização urbana e de patrimônio cultural, os agentes promotores da configuração dos espaços e os seus fruidores. As formas como as cidades são resignificadas e apropriadas, ou não, cotidianamente pela população local ou agregada, estão muitas vezes vinculadas aos ruídos nessa comunicação.

Nesse todo de ideias que se cruzam, chega-se ao ponto do recomeço, retorno, processo, retoma-se Löbach (2000), quando diz que a criatividade do designer se manifesta quando este, baseando-se em seus conhecimentos e experiências, for capaz de unificar determinadas informações com um problema, estabelecendo novas relações entre eles. Entender que a medida das intenções e ações do projeto de um espaço urbano que ignora a memória do lugar histórico ou práticas culturais ali existentes, acarreta uma reação direta nos atores fruidores desse local, já é meio caminho para se conseguir o olhar que se espera do bom design.

Conceitos, definições, filosofias e estruturas a parte, os aspectos aqui referidos ora fundem-se, ora só se aproximam e muitas vezes se distanciam. Se complementam e encerram num contínuo entrecortado por premissas e significados. Linhas literalmente escritas, arbitrariamente traçadas, sutilmente determinadas... Espaços que se deviam libertariamente oferecidos, persuasivamente apropriáveis, espantosamente redescobriáveis. Mas que nem sempre se efetivam. Caminhos. Só caminhos. Absolutamente caminhos percorriáveis. Caminhos de pensar, de ocupar, de se ver, de buscar caminhos. Caminhos que são frutos dos caminhos trabalhados por métodos de projeto, que vão lhes atribuir sempre leitura e significado.

Oferecer a esse homem essencial lugares de convivência acessíveis e que lhe disponibilizem um instrumental para, junto a outros seres essenciais, poder exercer sua objetivação primeira, assim como, de maneira prática efetivar o trato de suas subjetividades, é um dos presumíveis ganhos ao se voltar o olhar sobre esses temas na busca das inter-relações possíveis entre eles.

*"...Tudo o que sonho ou passo,
O que me falha ou finda,
É como que um terraço
Sobre outra coisa ainda.
Essa coisa é que é linda.
Por isso escrevo em meio
Do que não está ao pé,
Livre do meu enleio,
Sério do que não é.
Sentir? Sinta quem lê!"*

Fernando Pessoa, ele mesmo

Design, human activity, technology and technology in spaces of urban sociability

Abstract:

This paper constructs a dialogue between design, human activity, technique and technology, within the spaces of urban sociability. In order to understand the social being in its possibilities, choices, contexts and implications with the environment in which it is inserted, the intention was to seek an initial definition for each of these aspects. For that, the concepts were revised from the perspective of some authors and the crossing of these data as a way of understanding the circumstances that are established. When we first dealt with each concept in an isolated way, it was possible to think about the role of design as a transforming agent of a place, human activity linked to the instruments and the environment, technique as the generator of strategies that produce knowledge with the objective to enable a function and technology as a form of organization of social relations. Once contextualizations are made pertinent to each of these aspects, one can perceive the difficulties that arise when they are confronted with the vocations of use of the public places and the diverse interests of planning. It was also observed that in spaces transformed into social places, also by design, it seems logical that much of the effectiveness and belongings are given from the correct choices in the design decisions. Starting from the idea that social reality is composed of a set of practices articulated among themselves, but with a relative autonomy in the social structure, it seems possible to think of the design in terms of innovations of social practices that favor the way in which the processes are given. Collaborative, develop citizenship and stimulate empowerment in new social relations in spaces of urban sociability. Thus, the spatial configuration provisions of the city, having in the design the procedures adopted for the use and development of the actions, were identified here as means of narrowing the connections between the individuals of the civil society and their ways of operating in the city.

Keywords:

Citizenship; Design; Public place; Society; Technology.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**, Papirus. Campinas: 1994.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_09.pdf>
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**, in: W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno e J. Habermas. Textos Escolhidos, Abril Cultural. São Paulo: 1983.
- LEROI-GOURHAN, A. **A libertação da mão**, in Laboreal, v. VI, n. 2, São Paulo: 2010
- LEONTIEV, Alexei. **Atividade e consciência**, in: Dialectus, ano 2, n. 4, jan.-jun. 2014, p. 184-210. São Paulo: 2014
- LÖBACH, B. **Diseño industrial**, G.G. Barcelona: 2000.
- LÖBACH, B. **Design Industrial: Bases para a configuração dos produtos industriais**, Edgard Blücher. Rio de Janeiro: 2001.
- MACHADO, Lucília. Instrumentos de trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**, in: Sociologia e Antropologia, Cosac e Naify. São Paulo: 2003.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **Crítica ao conceito de desenvolvimento**, in: Pegada Eletrônica. Presidente Prudente: 2002
- MORAES, Anamaria. **Usabilidade de Interfaces, interação humano-computador, arquitetura da informação**. In : USIHC. Anais. Rio de Janeiro, LEUI / PUC. Rio: 2003.
- PUCCI Bruno. **E a razão se fez máquina e permanece entre nós**, Educ. e Filos. Uberlândia: 2006.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **A prática tecnológica**, in: Teoria & Pesquisa, v. XVII. São Paulo: 2008.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**, Difel. São Paulo: 1983.